

4. Conclusão

A trajetória de Carlos Castello Branco até o período da ditadura militar aponta para três aspectos que nos parecem fundamentais para a compreensão do tipo de oposição que o jornalista exerceu contra aquele regime: o papel central que o jornalismo moderno ocupou na vida de Castellinho; a marca do “liberalismo não burguês” presente em todo o seu processo formativo; e o reconhecimento de que os militares não tinham capacidade para conduzir o processo de modernização com a necessária liberdade política, o que possibilitou, para Castellinho e para a oposição liberal de uma forma geral, a abertura do debate com o campo da esquerda democrática.

Castellinho iniciou sua profissionalização, na década de 1930, em um jornal do grupo *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, o maior grupo de comunicação da época. Apesar do caráter ainda aventureiro da imprensa brasileira nesse período, Chateaubriand, já inspirado pelo modelo norte-americano de jornalismo, imprimia em seu grupo características empresariais de gestão, contribuindo para o processo de profissionalização do jornalismo. Apesar da conturbada relação com a política e os governos, incluindo troca de favores e ameaças, e a despeito das formas questionáveis de se conseguir financiamento para a criação dos jornais, aspectos que são vistos como símbolo da imprensa antiga, Chateaubriand conseguiu montar um grupo economicamente forte e empresarialmente muito bem organizado. O fato de Castellinho ter iniciado sua carreira nesse grupo é determinante para a centralidade que o jornalismo, como profissão, assumiu em sua vida, anulando, praticamente, a importância da formação em Direito e a possibilidade do jornalista seguir pelo caminho da literatura, seu sonho profissional de juventude.

O segundo momento determinante de sua carreira foi a participação nos jornais mais importantes da modernização da imprensa nos anos 1950. Castellinho contribuiu para a consolidação de uma área específica dentro da carreira jornalística: o jornalismo ou colunismo político. Além disso, Castello foi um elemento importante na constituição da linguagem da imprensa moderna. Justamente por ter passado por diversas redações e experimentado quase todas as funções constitutivas de um jornal, Castellinho pode criar um estilo de colunismo

que misturava reportagem e informação, dimensões valorizadas como funções primordiais da imprensa moderna, e opinião. A *Coluna do Castello* traduz essa enorme experiência acumulada e expressa uma linguagem do Brasil moderno. O cenário democrático que serviu de pano de fundo para o processo de modernização da imprensa foi, na visão do próprio jornalista, condição fundamental para a consolidação de um jornalismo político apartidário, isento de engajamento político, o que possibilitou, em boa medida, a constituição dessa linguagem moderna.

O jornalismo político no Brasil, da Independência ao começo do regime de 46, era predominantemente político, engajadamente político. Faziam-se e desfaziam-se jornais para apoiar partidos ou derrubar situações. Em 1946 já se afirmava no país uma imprensa de tipo empresarial e industrial, mas seus carros-chefes, os grandes editorialistas, e seus comentaristas políticos continuavam engajados com partidos e grupos políticos.⁹⁹

A nova geração, que se profissionalizava em ambiente democrático, contribuiu para uma mudança no que diz respeito a relação da imprensa com a política.

O engajamento pareceu-me excessivo, embora não estivesse atento a que mesmo um Walter Lippmann era também um engajado. Já cheguei na Câmara em 1949 e lá encontrei, ao lado dos velhos, uma nova equipe, ainda em formação. Eram o Villas-Bôas Corrêa, mais novo do que eu, mas mais antigo na reportagem política, Otto Lara Resende, o Heráclio Sales, o Viana do *O Globo*, o Benedito Coutinho, todos mais interessados na notícia e no comentário apartidário.¹⁰⁰

Mesmo em um colunismo como o de Castellinho, era preciso diferenciar para o leitor o que era opinião e análise do que era informação. O jornalismo declaradamente parcial e engajado perdeu espaço em tempos de modernização, e Castellinho foi uma figura importante desse processo. A liberdade de imprensa durante o período democrático de 1946 a 1964 propiciou o desenvolvimento desse estilo “desengajado” de Castellinho, o que não quer dizer que em suas colunas não houvesse análise crítica, mas sim que a análise não tinha o objetivo de promover ou atacar grupos políticos específicos e, ainda, que a opinião do autor ficaria sempre clara para o leitor. Assim como os tempos democráticos propiciaram o desenvolvimento de um “estado ideal” de jornalismo político, o período militar provocou o movimento contrário. “Com seu modelo repressivo, lançou toda uma

⁹⁹ *Jornalismo e engajamento*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 06/03/1983

¹⁰⁰ Idem

geração no radicalismo”¹⁰¹. Já ao final da ditadura, nessa mesma coluna das citações acima, intitulada “Jornalismo e engajamento”, Castellinho reflete sobre sua atuação profissional no período autoritário, reforçando o caráter moderno de seu jornalismo apartidário.

Ao longo da carreira fui me desengajando até atingir um estado ideal que seria novamente afetado, depois de 1964, pela radicalização do movimento de março, rapidamente desembocado numa nova ditadura. Mas aí aprendera a distinguir: não me interessavam partidos nem grupos. Interessava-me lutar por alguns valores essenciais ao exercício da profissão de jornalista, as instituições livres e autônomas, a liberdade de imprensa etc. Essa foi de certo modo a posição da minha geração nos dois momentos e dela gerou-se a convicção de que a atitude ideal do jornalista é o não engajamento a não ser nas questões fundamentais para o regime e a profissão.¹⁰²

Foi inevitável que crescesse durante a ditadura militar um engajamento ideológico, de forma que a análise crítica de Castellinho sobre o regime e os governos militares deixava transparecer as raízes de seu pensamento.

Obviamente que o columnismo de Castellinho, por menos “engajado” que o jornalista procurasse ser, era informado por suas convicções e opiniões políticas, mesmo que essas convicções aparecessem para o público leitor na forma de opinião crítica e não na qualidade de notícia informativa. E quais são as convicções que estão na raiz do pensamento de Castellinho? Qual era a visão de liberalismo e democracia que dava vida às análises críticas e oposicionistas de sua coluna durante o período da ditadura? Essas foram as perguntas que procuramos responder ao longo desse trabalho.

Para compreender a posição de Castellinho e analisar as colunas sobre a ditadura militar foi preciso, como vimos, recuperar sua trajetória, sobretudo no que diz respeito aos elementos constitutivos de sua socialização e formação profissional. A juventude em Teresina e a socialização em Belo Horizonte, a Teresina do “sul maravilha”, são determinantes na trajetória do nosso personagem. Ambas capitais de estados onde o peso das fazendas era muito grande, ambas reuniam intelectuais de classe média, ou seja, sem raízes no campo e, por isso, capazes de propugnar por uma modernização contra o “atraso”, ambas, por fim, viviam de negociar com o governo central, ampliando o funcionalismo público,

¹⁰¹ *Jornalismo e engajamento*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 06/03/1983

¹⁰² *Idem*

por exemplo, no caso de Minas. A formação nessas cidades e a relação com os intelectuais modernistas e os políticos mineiros são fatores determinantes para a formação do pensamento liberal “não burguês” de Castellinho. Um liberalismo em que o mercado não tem grande presença no repertório modernizador. Não são os homens, os burgueses, os agentes da mudança, mas a política, ou melhor, o Estado. No Rio de Janeiro, já estofado pelas ideias de Milton Campos, esse liberalismo antiburguês progride.

Que tipo de Estado atende a esse liberalismo? Um Estado organizador da vida social, capaz de intervir na economia em favor do interesse público e de intervir politicamente para a garantia da ordem, mas liberal-democrático, em que as instituições formais de representação política, como o parlamento, e as esferas civis de comunicação e informação, como a imprensa, devem ser livres. Nem o Estado nacional-popular de João Goulart, nem o Estado autoritário instaurado pelo movimento político-militar de 1964 conseguiram realizar esse Estado do liberalismo “antiburguês”.

Se inicialmente Castellinho esteve simpático ao golpe militar de 1964 foi por acreditar que os princípios democráticos e o restabelecimento da ordem no país, abalada pela crise política do governo Goulart, estavam na raiz daquele movimento político. Os militares, como instrumento da política, cumpririam o papel de organizar a vida política e social do país para então devolver o poder aos políticos civis através de novas eleições. Inicialmente, Castellinho imaginou que a “revolução” de 1964 estaria justamente convocando o Estado a exercer uma de duas funções primordiais, qual seja, a de organizar a vida social garantindo a ordem pública. Ou seja, foi esse liberalismo “não burguês” que fez com que Castello apoiasse inicialmente o movimento de 1964.

Entretanto, os rumos da “revolução” traçaram outro caminho. A permanência dos militares no poder, o movimento de radicalização política com a chamada linha-dura, a repressão política e o uso ilegítimo da força policial, o AI-5 e suas consequências, das quais uma das mais graves foi, para Castello, o fechamento do Congresso, a censura à imprensa e a falta de entrosamento entre o regime militar e a opinião pública são fatores fundamentais para entender a passagem de Castellinho para o campo da oposição. São, por isso mesmo, temas

recorrentes nas colunas do período autoritário.

Mas gostaríamos de ressaltar o tema da presença dos militares no poder como empecilho para a realização do projeto modernizador com garantia da liberdade, por ser um tema que, não só caracteriza a oposição liberal de Castellinho, como constituiu uma inflexão a partir da qual o jornalista pode ser visto como um interlocutor da esquerda, sobretudo a esquerda democrática que, liderada pelo PCB, aceitou a aliança com MDB e o campo liberal como forma de combater um inimigo comum, o regime militar.

Segundo Werneck Vianna,

a história da coalizão política que se impôs contra o regime militar e sua forma autoritária de Estado pode ser descrita como o resultado da inédita associação, no país, dos temas e personagens da democracia política com os da democracia social. Ou, em outras palavras, da liberdade com a igualdade (WERNECK VIANNA, 2000:46).

À luz dessa ideia podemos interpretar o papel de Castellinho e seu pensamento político. O jornalista pode ser visto como um personagem da democracia política, ou, em outras palavras, um personagem da liberdade. O tema da liberdade e da igualdade aparece nas colunas de Castello mostrando a crença do jornalista na liberdade como caminho para igualdade, ou seja, a democracia política como caminho para a democracia plena, política e social.

A liberdade foi um ideal humano que se firmou a partir da Revolução Francesa, dominando toda a história do século XIX e parte da história dos nossos tempos. O regime que se formou para assegurá-la não produziu senão lentamente a afirmação de uma outra conquista que deita suas raízes naquela mesma Revolução, a conquista da igualdade. Liberdade e igualdade são, todavia, sentimentos irmãos e frutos de um mesmo estado de espírito, senão duas faces de uma mesma realidade, pois a justiça social no fundo é apenas o aprofundamento da liberdade, ou a dimensão econômica da liberdade.¹⁰³

Ainda que Castellinho valorize a igualdade, “dimensão econômica da liberdade”, é visível a preocupação maior do jornalista com a garantia da liberdade política e do funcionamento dos instrumentos formais de representação e participação como condição fundamental para o exercício da democracia. Nesse sentido, Castellinho assume a postura liberal de crítica tanto aos movimentos da esquerda comunista como aos movimentos da direita conservadora, ambos prejudiciais, na sua visão, ao pleno exercício da democracia.

¹⁰³ *Por um simples estado de direito*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 29/05/1970

A insuficiência dos regimes democráticos, tal como se organizaram e funcionaram no Ocidente, para produzir um acelerado processo igualitário, gerou decepções entre os temperamentos mais insatisfeitos ou mais afoitos que representam as tendências entre as quais oscila a ação política — a tendência conservadora e a tendência progressista, isto é, a direita e a esquerda. Os conservadores, na sua ala extremada, passaram a ver na democracia a fonte de todos os males, pois o exercício da liberdade possibilitava a rápida mobilização das massas pelas organizações subversivas que se candidatavam a substituir o sistema capitalista de produção por um sistema socialista politicamente traduzido na ditadura da classe proletária. Os esquerdistas de todos os matizes impugnaram o regime de liberdades, por considerá-lo indissolúvelmente vinculado ao capitalismo, do qual seria a expressão política, na medida em que, através da omissão do Estado, se assegurava o livre jogo do poder econômico.¹⁰⁴

A sequência do raciocínio de Castellinho nos mostra que, apesar da crítica tanto à esquerda como a direita, era com a esquerda, sobretudo a esquerda não radical, que havia ainda a possibilidade de um canal de diálogo que pudesse resultar na associação da democracia política com a democracia social. A direita conservadora estava entregue ao Estado autoritário. Mas a esquerda democrática poderia, mudando o foco de sua luta, se incorporar ao campo de oposição liberal que se empenhava na restituição da liberdade política e do Estado de direito.

Não há por que sacrificar-se a liberdade em nome da conquista social. Importa preservar a liberdade, fazendo-se dela a alavanca para a incorporação de novos direitos e garantias para o homem. (...) Ora, neste momento, embora todos reconheçam que no Brasil a justiça social é um ideal distante, a ameaça concreta que existe é à liberdade que já havíamos conquistado. Regredimos, portanto, e nos vemos na contingência, neste momento histórico, de dar novamente prioridade à luta pela liberdade ou seja pelo Estado de direito, antes que possamos nos mobilizar para a luta por outros ideais humanos. O que queremos no momento, é salvar o Estado liberal.¹⁰⁵

A coluna termina com um convite a um tipo de oposição que, na visão de Castellinho, era a única possível. Mas indica também a visão liberal que Castellinho tinha da democracia. De fato, a aliança e o diálogo da esquerda democrática com a oposição liberal, que se mostrou historicamente importante para o processo de abertura política país, só foi possível em parte pela crítica que os liberais vinham fazendo da ditadura militar, que incluía o horror à violência policial e à repressão política; e em parte pelas mudanças ocorridas dentro do campo da esquerda. A opção da esquerda democrática, liderada pelos comunistas do PCB, da via reformista em detrimento da via revolucionária – estratégia da *derrota* prevalecendo sobre a estratégia da *derrubada* – incluía a valorização das

¹⁰⁴ *Por um simples estado de direito*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 29/05/1970

¹⁰⁵ *Idem*

instituições formais de representação, o caminho eleitoral como forma de luta e a conquista das liberdades operando no centro da luta política. Todos esses elementos são, por exemplo, ressaltados e valorizados por Castellinho e pela oposição liberal, sendo possível entendê-los, portanto, como um caminho ao diálogo e a conciliação.

É claro que tal movimento de associação entre o campo da esquerda e o campo liberal só foi possível porque o país estava sendo engolido por um regime autoritário que não só desativava as instituições democráticas formais como aniquilava, de forma brutal, os movimentos sociais e os movimentos de esquerda. Ou seja, havia o objetivo comum de derrotar o regime militar, mas não havia consenso sobre que tipo de regime deveria substituí-lo. Não é por acaso que tal aliança foi desfeita quando o país retornou ao estado democrático. Para o campo da esquerda, a luta pela democracia social e pelo socialismo continuava na pauta do dia, como um objetivo a ser seguido. Para o campo liberal, o objetivo principal já tinha sido atingido com a dissolução do regime militar e o restabelecimento da liberdade ou da democracia política.

Nas colunas de Castellinho sobre liberdade e igualdade, democracia política e social, aparece clara a visão de democracia do jornalista, impregnada por aquele liberalismo “não burguês”. Fica explícita a diferença, e a crítica, do pensamento de Castellinho em relação ao campo da esquerda comunista.

O marxismo propôs a inversão da ordem de prioridade dos objetivos a alcançar. Constatando que a liberdade política e sobretudo a liberdade econômica gerava situações de opressão, propôs a ênfase na igualdade a ser promovida através do Estado. A sociedade igualitária, procurada pelos Estados comunistas, terminaria por alcançar, com a eliminação das classes e da opressão, a liberdade que é o bem supremo. Até hoje, porém, a experiência comunista tem mantido os povos que a ela se submetem na expectativa de uma liberdade que os métodos de ação tornam sempre longínqua. Os regimes de extrema direita, que se implantaram através do mundo e dos tempos, têm recorrido, para combatê-la, à técnica comunista da supressão da liberdade, mas com o objetivo inverso, qual seja o de manter as estruturas sociais, impedindo a renovação em profundidade da sociedade. No meio termo, os regimes economicamente capitalistas e politicamente liberais procuram permanentemente a conciliação com vistas à extensão dos benefícios do progresso material sem prejuízo das conquistas do progresso espiritual representado pela margem de liberdade que é hoje o apanágio das civilizações mais avançadas. (...) A realidade dominante no mundo moderno é a de que o Estado não pode ter um papel passivo na ordenação da vida nacional. Cabe-lhe a iniciativa, o comando e o controle das atividades econômicas, que devem ser orientadas cada vez mais no sentido do bem comum. Isso é o que se faz em larga escala em todos os países democráticos. (...) A presença do Estado no centro das

atividades econômicas não implica necessariamente no controle do Estado sobre o exercício das liberdades individuais, nem determina como consequência fatal a implantação de determinados sistemas de Governo ou regimes políticos.¹⁰⁶

Apesar das diferenças entre o campo da esquerda e o campo liberal é inegável que a associação entre esses setores constituiu um importante instrumento de contestação do regime militar. É inegável também que tanto o campo liberal como a esquerda democrática foram importantes atores políticos no processo de transição que resultou na Constituição de 1988 e no desenvolvimento da democracia no Brasil.

¹⁰⁶ *Tempo de espera*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 01/09/1971